



MEMÓRIAS, ORGANIZAÇÃO, CONTINUAÇÃO DA LUTA...



Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa (atuais secretários-gerais adjuntos)
e **Mário Nogueira** (secretário-geral)

No 25 de Abril deste ano, comemorámos os 48 anos do derrube do fascismo e da implantação da LIBERDADE e da DEMOCRACIA em Portugal.

Relembremos algumas das datas com importância para a Educação e para as/os Docentes:

- **25 de Abril de 1974** - democratização do acesso e a afirmação de uma Escola Pública;
- **28 de abril de 1974** – criação dos primeiros Sindicatos de Professores;
- **2 de abril de 1976** – aprovação na Assembleia da República (AR) da Constituição da República Portuguesa (CRP) que consagra o direito de todos/as ao ensino, garantindo o direito à “igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”;
- **14 de outubro de 1986** - publicação, em Diário da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE);
- **18 de novembro de 1989 e 28 de abril de 1990** – publicação dos diplomas que deram corpo ao Estatuto da

Intervenções de Delegados **dos Docentes Aposentados** ao 14.º Congresso:

- [Helena Gonçalves](#) (FENPROF)
(...) No nosso país, os dados sobre o envelhecimento ativo e saudável se, por um lado, nos dizem que em termos médios de anos de vida estamos na média europeia, por outro, sublinham que Portugal é dos países onde esse envelhecimento se dá com menor qualidade de vida. (...)
- [Isabel Lemos](#) (SPRC)
(...) “E conseguimos !!!, colegas! Com avanços e recuos, demorando mais ou menos, com horas de desânimo e horas de euforia, com lágrimas e risos. Conseguimos!
Nada disto teria sido possível sem os sindicatos da FENPROF. E, se uma vez professor, esse estatuto ou paixão se mantém e se é sempre professor, então há que permanecer nos sindicatos sempre. Até ao fim das nossas vidas.” (...)
- [Bráulio Martins](#) (SPGL)
(...) Este mês, no passado dia 8, comemorámos o DIA INTERNACIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL e pedimos à camarada Maria do Carmo Tavares, ex-responsável pela área social da CGTP-IN, que nos escrevesse um texto sobre o tema. É este texto de alerta, que passo a ler pela sua importância. (...)
- [Deolinda Martin](#) (SPGL)
(...) A pandemia atingiu-nos a todos e todas, mas é inevitável falar do grupo em que os números tristes da elevada morbilidade põs a nu, a forma como

Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário - Estatuto da Carreira Docente (ECD).



são tratados e tratadas os que construíram o futuro, o agora! Mal tratados, em lares, que são autênticos esconços de escada, é assim que muitos dos nossos idosos terminam a vida. Venho aqui convocar-vos para, solidariamente, mudarmos este estado de coisas: acabarmos com as pensões de miséria e as desigualdades que elas provocam! (...)

- [Manuela Silva](#) (SPN)
(...) Felizmente, temos constatado que muitos dos professores que se aposentam, se mantêm sindicalizados e assinalamos como positiva a ação que o Departamento do Sindicato de Professores do Norte tem desenvolvido e cujos objetivos se enquadram nesta perspetiva de deixar e fazer memória: Passámos a ter um funcionamento regular, com uma reunião por mês, pelo menos, temos organizado momentos de reflexão sobre o passado da escola e do sindicalismo docente, iniciámos as nossas visitas culturais, sobretudo destinadas a conhecer o nosso património, mas também a conviver e a estimular o exercício das memórias. (...)



UM 14.º CONGRESSO DE AÇÃO E FUTURO

Depois de fazermos um pouco de memória sobre alguns dos diplomas que fizeram parte do percurso das nossas vidas profissionais como professores e sindicalizados nos sindicatos da FENPROF, vamos

dar-vos a conhecer do que tratámos no 14º Congresso da FENPROF, com o lema **“A Educação não pode esperar. Combater desigualdades, Valorizar a profissão”**, que se realizou nos dias 13 e 14 de maio, deste ano, em Viseu.



No Programa de Ação para o triénio 2022-2025 caracterizámos a situação atual dos docentes aposentados e relembrámos a evolução do respetivo departamento:

“2.4.12. Aposentados

Porque, mesmo aposentados – entenda-se, também, reformados, jubilados, etc. –, os professores não deixam de ser professores, **há nos sindicatos da FENPROF um número significativo de docentes nessa condição que se mantêm como sindicalizados**. Continuam cidadãos ativos nas diversas lutas e intervenções por uma sociedade mais justa para todos e que lhes garanta o direito a um envelhecimento com direitos. A FENPROF constata que, lentamente, foi-se modificando a visão social sobre o envelhecimento e a vida durante a aposentação, sendo hoje aceites como uma fase importante da existência, o que torna ainda mais pertinente e necessário exigir condições que façam desse um tempo de fruição e de prazer. **Os dados disponíveis sobre o envelhecimento ativo e saudável não são satisfatórios no nosso país**: embora, em termos de anos de vida estejamos na média europeia, sublinham que Portugal é dos países onde o envelhecimento se dá com menor qualidade de vida, o que pode explicar-se pela também menor qualidade de vida ao longo dos anos. À FENPROF – e ao movimento sindical na sua globalidade – cumpre, pois, **definir linhas orientadoras e exigir um conjunto de medidas que permitam um envelhecimento com saúde e com direitos**. O direito a uma vida social ativa, nomeadamente com a participação nos organismos representativos dos cidadãos aposentados, cujo reconhecimento institucional por parte do poder político integra essa linha de trabalho.”

“3.2. A FENPROF no plano interno

(...) Desde o 4º Congresso (maio de 1992) que a FENPROF passou a agregar e organizou os docentes que já não estavam no ativo. Após a publicação do ECD, foram desencadeadas lutas na defesa das suas pensões. No 11º Congresso (maio de 2013) procurou melhorar e reforçar a participação destes docentes. É nesta sequência que, a partir da 1ª

Conferência de Docentes Aposentados (novembro de 2013) é criado o Departamento de Docentes Aposentados (DA/FENPROF), que veio dar condições mais favoráveis à sua intervenção, incluindo a integração na Inter-Reformados da CGTP-IN”

Para conhecer o programa de Ação aprovado, na íntegra > [CLIQUE AQUI](#)

Resolução sobre a Ação Reivindicativa



No que concerne a aspetos específicos do âmbito da Administração Pública, o 14.º Congresso assume a realização da 3.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados, em novembro de 2022, com o objetivo de definir a ação a desenvolver com este importante grupo de docentes.

Lembramos que tínhamos previsto a sua realização em novembro de 2021 e em março de 2022, o que não foi possível devido à situação da pandemia.

Também participámos intervindo, intervenções que vieram enriquecer os documentos que construímos e aprovámos.

Vamos continuar a trabalhar para a sua concretização...TODAS e TODOS.

CONTINUAMOS A CONTAR COM A VOSSA PARTICIPAÇÃO.

Da Resolução:

“A FENPROF nunca cedeu perante as adversidades criadas pelo poder, fosse o bloqueio à negociação ou a tentativa de limitar o exercício da atividade sindical, levada a cabo pelas equipas de Nuno Crato e Tiago Brandão Rodrigues. Ambas esforçaram-se por impor serviços mínimos em dia de greve dos professores, mesmo fora do âmbito dos impropriamente dados como serviços sociais impreteríveis. Por atentar contra o direito à greve, a FENPROF contestou, tendo o Tribunal da Relação de Lisboa considerado que eles eram ilegais, o que o Supremo Tribunal de Justiça viria a confirmar na sequência da contestação do Ministério da Educação. A decisão judicial tem grande importância para a ação futura, que não se acantonará nos gabinetes e não substituirá o trabalho nas escolas pelo recurso às redes sociais. Estas não serão ignoradas, mas como complemento à ação principal. A presente Resolução sobre a Ação Reivindicativa define, em traços gerais, propostas, mas, igualmente, iniciativas, ações e lutas que se consideram indispensáveis para a sua concretização. **É tempo de ser o tempo dos professores** é a mensagem que este 14.º Congresso Nacional quer transmitir, quer para dentro da profissão, quer para a sociedade em geral. Uma mensagem que, diga-se, não deixa de fora nenhum dos setores de trabalho representados pela FENPROF e pelos seus sindicatos, dos/as educadores/as e docentes em geral aos/às investigadores/as, da administração pública ao privado, cooperativo e social, em todos estes setores os profissionais têm sido alvo de políticas que têm desvalorizado profundamente as suas condições profissionais: é mais que tempo de corrigir estas opções!”

(...)

“No que concerne a aspetos específicos do âmbito da Administração Pública, o 14.º Congresso assume: - A defesa da Caixa Geral de



Aposentações e, nesse quadro, a possibilidade de inscrição por parte de todos os que têm estado impedidos de o fazer;

- A valorização das pensões de aposentação que têm sido afetadas negativamente por decisões políticas e medidas que põem em causa as legítimas expectativas dos docentes aposentados e os seus direitos, enquanto pensionistas;

- A revisão dos salários, que verdadeiramente não são atualizados desde 2009, na sequência de processos negociais sérios e efetivos, que tenham em conta a desvalorização (perdas de poder de compra já próximas dos 20%) verificada nos últimos anos, provocada, designadamente, pela inflação;

- A revisão anual de todas as pensões, com atualizações nunca inferiores às dos salários e com discriminação positiva das pensões mínimas;

- A criação de condições que permitam um envelhecimento ativo e saudável e que respeitem a dignidade dos aposentados, garantindo direitos, nomeadamente a uma habitação adequada, a transportes, melhorando a rede local e nacional de transportes públicos, com o desconto de, pelo menos, 50% nos passes sociais, saúde, criação de estruturas de apoio e lares, formação e lazer;

- A dedução, em sede de IRS, de todas as despesas que resultem de cuidados de saúde, incluindo os serviços continuados e paliativos e o aumento de escalões, por forma a recuperar a sua progressividade, conferindo uma maior justiça fiscal.

- A manutenção da gestão pública da ADSE e a aprovação de medidas que garantam a sua duradoura sustentabilidade, onde se deverá incluir a definição de valores adequados a pagar às entidades prestadoras de serviços, tendo por referência o custo dos mesmos no serviço público.

- O reforço da segurança social, pública, universal e solidária, procurando novas fontes de financiamento, nomeadamente com o alargamento da base de incidência contributiva, considerando não só os salários, mastambém o valor acrescentado líquido (VAL) de cada empresa.”

Para conhecer a Resolução aprovada, na íntegra
> [CLIQUE AQUI](#)

Para consultar tudo sobre o 14º Congresso [Clique aqui](#)

Antes de imprimir este mail pense bem se é necessário fazê-lo. O ambiente merece.

Este endereço de mail serve só para envio de mensagens.

Caso pretenda contactar a FENPROF deve fazê-lo através de fenprof@fenprof.pt

OBRIGADO!